

RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.313 - SP (2016/0190701-9)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : VICTOR EUGENIO GUNTERIO PETERSEN
ADVOGADO : THAIS HELENA DE QUEIROZ NOVITA E OUTRO(S) - SP041728

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"TRIBUTÁRIO. IMPORTAÇÃO. 'TROFÉU'. BAGAGEM NÃO CARACTERIZADA. ANISTIA. ART. 29, § 1º, DO DECRETO-LEI Nº 2.303/86. OCORRÊNCIA.

1. A bagagem é considerada como bens novos ou usados destinados a uso ou a consumo pessoal do viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem.

2. Os bens devem ser destinados a uso ou consumo pessoal, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, inclusive para presentear ou destinados a sua atividade profissional, e não podem permitir a presunção de importação ou exportação para fins comerciais ou industriais, devido a sua quantidade, natureza ou variedade.

3. A teor do disposto no Decreto-lei nº 2.303/86, para a aplicação do benefício da anistia, considera-se o valor do débito exigido. Desta forma, a despeito do valor da mercadoria importada não caracterizar o conceito de bagagem, beneficiou-se do disposto no Decreto-lei invocado.

4. Apelação provida" (fl. 121e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 134/141e).

No Recurso Especial, ajuizado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 29 do Decreto-lei 2.303/86, 128, 460 e 535 do CPC/73.

Sustenta-se, no que ora importa, o seguinte:

"Ora, a rejeição dos embargos de declaração configurou inequívoca violação ao disposto no artigo 535 do Código de Processo Civil.

Os embargos de declaração foram opostos visando sanar a

Superior Tribunal de Justiça

contradição da Corte visto que esta determinou a anistia sob o objeto de pena de perdimento (fls. 105/107), porém, o mérito de tal contradição não foi devidamente analisado no presente acórdão (fls. 117/120).

Ademais, ao assim proceder, a Terceira Turma do E. Tribunal Regional Federal incorreu em vício de procedimento, ignorando o direito ao procedimento adequado, ao não analisar as questões táticas do caso em concreto, não analisando o fato acima exposto, qual seja, a causalidade entre o erro do contribuinte e o ajuizamento da ação" (fl. 144e).

Requer-se, por fim, "a admissão do presente Recurso Especial e, após seu processamento regular, o provimento da pretensão recursal perante o Colendo Superior Tribunal de Justiça, para que seja o V. Acórdão reformado" (fl. 148e).

Contrarrazões às fls. 156/173e.

Recurso Especial admitido (fl. 175e).

A irresignação merece prosperar.

Está devidamente configurada a omissão, no acórdão recorrido.

Dessarte, a Corte de origem foi expressamente instada, inclusive mediante Embargos de Declaração, a examinar a alegação de que a isenção, prevista no art. 29 do Decreto-lei 2.303/86, por ser aplicável apenas e tão-somente a penalidades e não à cobrança de tributos, não poderia ser invocada para desconstituir a exigência tributária em tela. Sem embargo, quedou-se, aquele Sodalício, sobre a matéria, silente.

Como o acolhimento da tese fazendária poderia, em tese, inverter o resultado do julgamento, tem-se que seu exame era de rigor, sob pena de negativa de prestação jurisdicional e violação ao art. 535, II, do CPC/73.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a determinar, ao Tribunal de origem, o re julgamento dos Embargos de Declaração, opostos pela Fazenda Nacional, com o expresse enfrentamento da alegação de que a isenção, prevista no art. 29 do Decreto-lei 2.303/86, por ser aplicável apenas e tão-somente a penalidades e não à cobrança de tributos, não poderia ser invocada para afastar a exigência tributária em tela.

I.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora